

Os entraves a uma política de reorganização econômica

Sem ainda terem sido elaborados um plano de curto prazo e um programa de metas econômicas para os próximos anos, a reunião ministerial convocada nesta semana pelo presidente José Sarney serviu para delinear os pontos básicos que orientarão a ação do governo, de modo a afastar o clima de incerteza que domina a economia neste momento. Mais uma vez, o presidente reafirmou a sua intenção de não "patrocinar a recessão", dando combate à inflação, mas sem alterar a atual política salarial.

Na exposição que fez durante a reunião e na entrevista que se seguiu, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, explicitou como isso será feito. Segundo ele, a redução do déficit do setor público não é o objetivo central da política econômica, embora, naturalmente, o governo não possa deixar de atacá-lo. A diferença entre a linha a adotar e o receituário ortodoxo que alguns preconizam é que, como disse o ministro, "o déficit público é uma variável operacional para nós", enquanto para o Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma "variável final". Os objetivos funda-

mentais, nesta etapa, são três: o crescimento econômico, um superávit comercial adequado e a redução da taxa da inflação para cerca de 10% ao mês no final deste ano.

Paralelamente às medidas que serão tomadas para atingir essas metas, o governo irá cuidando de reduzir o déficit público, adotando uma política de revisão trimestral, de acordo com o plano de consistência macroeconómica em elaboração.

Os entraves que se antepõem a essa tarefa são múltiplos. Em primeiro lugar, o governo, para criar um clima adequado para a retomada dos investimentos privados, precisa equacionar o problema do financiamento do setor público, que se processa através da colocação maciça de títulos no mercado financeiro, puxando as taxas de juro. Isso implica, segundo afirmou o ministro, que será preciso aumentar as tarifas dos serviços públicos em termos reais, identificando nesse fator uma das causas básicas da queda da capacidade de poupança do setor estatal. E, em segundo lugar, elevar a carga tributária em ter-

mos reais, tendo-a considerado "extremamente baixa devido à inflação".

Por ai se pode avaliar quanto será árdua a execução da nova política, que certamente não será facilmente deglutível pelas forças que dão sustentação política ao governo. Acresce que, como não deixou de notar o ministro Bresser Pereira, os estados também apresentam sérios desequilíbrios financeiros, já que, da mesma forma que ocorreu com as empresas, eles aumentaram muito os seus gastos no ano passado em função de receitas extraordinárias.

Pode-se deduzir daí que a questão, tal como está colocada para a Assembléia Nacional Constituinte, não é simplesmente distribuir melhor as receitas entre a União, os estados e os municípios, reduzindo a participação relativa do governo central. Mais que isso, para atender às necessidades dos diversos níveis da administração, será preciso expandir consideravelmente a contribuição da sociedade para a manutenção da máquina estatal.

Naturalmente, a aceitação dessa política dependerá da austerdade que o governo imprimir

aos seus gastos. Não apenas as despesas de custeio devem ser severamente comprimidas, mas os investimentos devem passar obrigatoriamente pelo teste da oportunidade. A esse respeito, não passou despercebido o pouco entusiasmo que o ministro da Fazenda demonstrou pelo polêmico projeto da Ferrovia Norte-Sul. Quanto a outro projeto discutível — a construção de uma siderúrgica no Maranhão —, o ministro disse dele ter tomado conhecimento apenas pelos jornais. Isso faz prever que grandes resistências ao programa de Bresser Pereira poderão surgir dentro do próprio governo.

Mas não é apenas no setor público que está localizado o mal que ameaça paralisar a economia brasileira. O governo não pode assistir passivamente ao drama das empresas que fizeram investimentos de vulto em 1986, notadamente as pequenas, e que, em face do encolhimento do mercado, estão sem condições de saldar os compromissos assumidos.

Este é um tema que, pela sua importância, merecerá atenção especial em um de nossos próximos editoriais.